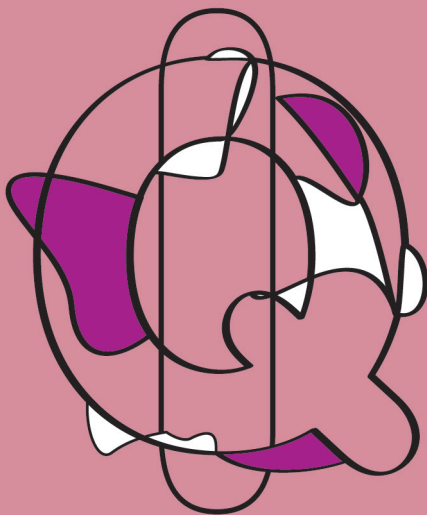


SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana



**A ESCUTA E A PARTICIPAÇÃO
DE BEBÊS E CRIANÇAS EM AUTOAVALIAÇÕES**

VERSÃO PRELIMINAR

VOLUME 6



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
EDUCAÇÃO

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Fernando Padula

SECRETÁRIA EXECUTIVA PEDAGÓGICA

Maria Sílvia Bacila

SECRETÁRIO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO

Bruno Lopes Correia

CHEFE DE GABINETE

Ronaldo Tenório

**CHEFE DA ASSESSORIA DE ARTICULAÇÃO
DAS DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO - DREs**

Sueli Mondini

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana



A ESCUTA E A PARTICIPAÇÃO DE BEBÊS E CRIANÇAS EM AUTOAVALIAÇÕES

VOLUME 6

VERSÃO PRELIMINAR

São Paulo, 2025

COORDENADORIA PEDAGÓGICA - COPED

Simone Aparecida Machado - *coordenadora*

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - DIEI

Mariana Silva Lima - *diretora*

EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

Ana Barbara dos Santos

Anna Maria de Feo Vieira

Camila de Vila Nova Gonçalves

Katia Regina Cavalcanti

Maria Noemia Ferreira Figueiredo

Matilde Aparecida da Silva Franco Campanha

Talita Alves Silva

Tathiana Augusta Rodrigues Lourenço Martinez

Thais Cristina Saldanha dos Santos

Estagiários(as)

Ana Beatriz Pires de Assis

Giuliano Pinheiro Massimo

Guilherme Pereira do Nascimento Melo

Heloísa Castelli Celeste

Maria Eduarda Oliveira Flores

ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Bruna Ribeiro

Juliana Manso Presto

Tathiana Augusta Rodrigues Lourenço Martinez

Thiago Pacheco

GRUPO DE TRABALHO

LEITURA CRÍTICA

Bruna Galluccio Ferreira

Cristiane Aparecida Domingos de Oliveira

Fabiana Lopes Laurito

Lilith Neiman

Mariana Cuisse Lopes Suller

Monica da Silva Valadão

Priscila Aparecida Santos de Oliveira

Sandra Nogueira Viana

Olá, educadoras(es)!

O volume 6, **A escuta e a participação de bebês e crianças em processos autoavaliativos**, é parte integrante da Coleção Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista - Box Comemorativo 10 anos, que visa socializar um material de qualidade com vistas à formação continuada das e dos profissionais em relação à temática.

Este volume tem por objetivo reafirmar a competência dos bebês e das crianças e como sua participação em processos autoavaliativos pode favorecer para tomada de decisões mais assertivas e alinhadas aos seus direitos fundamentais.

Neste sexto volume, iremos refletir sobre a contribuição dos bebês e das crianças em processos autoavaliativos e os cuidados ético-metodológicos necessários para que essa participação seja realizada de forma respeitosa.

Além disso, no decorrer deste volume, você encontrará sugestões de exercícios reflexivos a serem realizados coletivamente e, ainda, poderá usufruir de uma curadoria de materiais textuais e audiovisuais para estudos complementares.

Convidamos você a explorar esse material e mergulhar nessa temática tão essencial para a garantia dos direitos dos bebês e das crianças.

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

O vídeo apresenta a importância da participação, escuta e autoria de bebês e crianças na Educação Infantil, com ênfase nas práticas que enriquecem a abordagem educacional e convidam os educadores a refletirem sobre suas práticas, promovendo uma educação mais centrada nas necessidades e expressões das crianças.



Composição do Box

Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana

Avaliação da qualidade
na Educação Infantil

1

Fins e princípios
da autoavaliação

2

Aspectos metodológicos
da autoavaliação

3

O papel do
plano de ação

4

O fortalecimento
da gestão democrática

5



6

A escuta e a participação
de bebês e crianças em
autoavaliações

7

Relações étnico-raciais
e de gênero

8

A dimensão do cuidado
na educação de bebês
e crianças

9

O desemparelhamento
de bebês e crianças e o brincar
na e com a natureza

10

Porque a história
tem que continuar...

Temas abordados

Avaliação da qualidade na Educação Infantil

1

- O que significa avaliar
- Avaliação informal e formal
- O que significa avaliar a qualidade
- Quais os tipos de avaliação na Educação Infantil
- Critérios de qualidade

Fins e princípios da autoavaliação

2

- O que é uma avaliação institucional participativa
- Princípios da autoavaliação institucional participativa
- Antecedentes do documento paulistano
- Linha do tempo histórica: 10 anos de construção de uma cultura da autoavaliação participativa
- As dimensões de qualidade almejadas para a(s) infância(s) paulistana(s)

Aspectos metodológicos da autoavaliação

3

- A construção da qualidade em participação
- Proposta metodológica
- A metodologia do uso das cores
- A participação de familiares/responsáveis
- O fortalecimento de uma cultura da autoavaliação institucional participativa

O papel do plano de ação

4

- Avaliei, e agora?
- A autoavaliação e sua capacidade de produzir evidências do cotidiano
- O plano de ação e sua capacidade de produzir consequências para o cotidiano
- Consequências da autoavaliação para as políticas públicas
- Consequências da autoavaliação para as Unidades Educacionais

O fortalecimento da gestão democrática

5

- A construção da qualidade por meio da gestão democrática
- A autoavaliação e o fortalecimento da gestão democrática
- A autoavaliação e a produção de insumos para a construção do PPP
- Gestão democrática na prática: relatos de experiência
- Gestão democrática e Indicadores todos os dias

6

A escuta e a participação de bebês e crianças em autoavaliações

- A participação dos bebês e das crianças como princípio inerente à qualidade na/da Educação Infantil
- Participação, escuta e autoria de bebês e crianças: afinal, do que estamos falando?
- A escuta de bebês e crianças em avaliações
- Desafios ético-metodológicos na escuta de bebês e crianças em autoavaliações
- Construindo a participação cotidiana e permanente de bebês e crianças

7

Relações étnico-raciais e de gênero

- Educação étnico-racial, não xenofóbica para a equidade de gênero e o compromisso social da escola pública
- Educação antirracista e equidade de gênero perpassando todas as dimensões
- A dimensão 5 como dispositivo de luta em direção às práticas antirracistas e não sexistas
- Educação antirracista de janeiro a janeiro
- O fortalecimento do planejamento e da intencionalidade docente

8

A dimensão do cuidado na educação de bebês e crianças

- Cuidado: a essência do ser humano
- A ética do cuidado
- A dimensão do cuidado na Educação Infantil
- A dimensão do cuidado nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana
- A dimensão cotidiana do cuidado na educação de bebês e crianças: relatos de experiência

9

O desemparelamento de bebês e crianças e o brincar na e com a natureza

- Um mundo em colapso: o que a Educação Infantil tem a ver com isso?
- A natureza como local de (re)encontro conosco
- Desemparelar é preciso para retomada da importância do corpo e da experiência na aprendizagem
- Brincadeiras arriscadas e perigosas: a necessária distinção
- Materialidades e suas potencialidades

10

Porque a história tem que continuar...

- O leito de Procusto e os perigos das avaliações de tamanho único
- Superando o discurso da “qualidade de antigamente”
- Construindo a qualidade social na Educação Infantil

As Dimensões de Qualidade da Educação Infantil

Dimensão 1 – Planejamento e gestão educacional

Dimensão 2 – Participação, escuta e autoria de bebês e crianças

Dimensão 3 – Multiplicidade de experiências e linguagens em contextos lúdicos para as infâncias

Dimensão 4 – Interações

Dimensão 5 – Relações étnico-raciais e de gênero

Dimensão 6 – Ambientes educativos: tempos, espaços e materiais

Dimensão 7 – Promoção da saúde e bem-estar: experiências de ser cuidado, cuidar de si, do outro e do mundo

Dimensão 8 – Formação e condições de trabalhadoras educadoras e dos educadores

Dimensão 9 – Rede de proteção Sociocultural: Unidade Educacional família, comunidade e cidade

Sumário

A participação dos bebês e das crianças como princípio inerente à qualidade na/da Educação Infantil..... 11

Participação, escuta e autoria de bebês e crianças: afinal, do que estamos falando? 12

A escuta de bebês e crianças em avaliações: ajudando as/os adultos a olhar 18

Algumas possibilidades da participação infantil em processos autoavaliativos 26

Construindo a participação cotidiana e permanente de bebês e crianças 39

Referências 42



Desenho de Myllena, 5 anos.

**“Eu queria
melhorar tudo que pode”.**

(Meire, 5 anos)

Fonte: Ribeiro, 2022. Pedagogia das Miudezas.

A participação dos bebês e das crianças como princípio inerente à qualidade na/da Educação Infantil

No volume anterior, discorremos sobre o importante papel da gestão democrática para a construção da qualidade de forma participativa e negociada, evidenciando a importância de que todos os sujeitos participem dos espaços de tomada de decisão no âmbito da Unidade Educacional. Neste sexto volume, queremos enfatizar e refletir sobre a importância **dos bebês e das crianças também terem reconhecido seu direito à escuta e participação** no cotidiano, de forma que suas vozes e saberes sejam levados em consideração pelas(os) adultas(os) em seus planejamentos e tomada de decisões sobre temas que lhes afetam.

Inúmeros estudos e pesquisas (Ribeiro, 2021, 2022, 2023; Cruz, 2008; Leite; Piorski, 2023) comprovam que os bebês e as crianças são competentes e capazes de comunicar e expressar seus desejos e necessidades por meio de diferentes linguagens e que sua escuta é essencial para a consecução de ações mais assertivas com vistas à efetivação de seus direitos fundamentais.

Apesar disso, a escuta dos bebês e das crianças ainda é, muitas vezes, mal compreendida e subutilizada no planejamento de ações, tanto no âmbito das Unidades Educacionais como na formulação de políticas públicas.

De acordo com Malaguzzi (1994, p. 55), “nós, adultos, falamos muito sobre as crianças, mas falamos pouco com elas e, sobretudo, as escutamos menos ainda”, o que faz com que um imenso abismo ainda separe o estatuto legal da realidade vivenciada diariamente

pelos bebês e crianças em nosso país. No entanto, conforme defendia Rosemberg (Flores; Silva, 2022), é urgente reconhecermos e consolidarmos a cidadania dos bebês e das crianças.

Mas, afinal, o que significa falar de participação, escuta e autoria quando nos referimos a bebês e crianças da faixa etária atendida na Educação Infantil? O que isso significa? E como a autoavaliação pode contribuir para reafirmar esses direitos?

Participação, escuta e autoria de bebês e crianças: afinal, do que estamos falando?

Refletir sobre agência, autoria, participação e protagonismo infantil significa, em primeiro lugar, **desconstruirmos uma imagem**, por muito tempo disseminada, de que **bebês e crianças são seres** incompletos e **reconhecidos pelo que ainda não fazem**: ainda não falam, ainda não andam, ainda não escrevem, ou seja, os bebês e as crianças por muito tempo foram reconhecidos pelo que lhes faltava.

E, justamente, por essa suposta incompletude é que se entendia que eles tinham um papel passivo, cabendo aos adultos protegê-los e tomar todas as decisões sobre assuntos que lhe dizem respeito. A própria palavra infância está muito atrelada a essa concepção e tem seu significado relacionado “àquele que não fala”.

E se é certo que os bebês e as crianças precisam, de fato, terem assegurado seu direito à proteção e provisão, é vital também que a esses dois direitos seja acrescentado o **direito à participação**. No entanto, foi necessário um **longo percurso histórico** para que os bebês e as crianças fossem **reconhecidos pela sua**

potência, pelo que já são, no presente, para que fossem reconhecidos como atores sociais, tendo **direito à participação e a serem escutados e envolvidos na tomada de decisões** em relação a assuntos que lhes afetam.

Para se ter uma ideia, do ponto de vista legal, foi somente em 1989, com a **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças**, que ganhou força e passou a ser disseminado um **outro paradigma para se pensar as infâncias pautado na sua potência e não na falta**.

Nesse sentido, a Convenção dos Direitos das Crianças representou um **marco**, pois trouxe pela primeira vez, junto ao direito à proteção e provisão, **o direito à participação**. Os “3 Ps” como ficaram conhecidos expressam três importantes dimensões dos direitos. A saber:

- **Direitos de provisão:** relacionados aos direitos sociais da criança, como o acesso à saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, ao lazer e à cultura.
- **Direitos de proteção:** tratam de direitos que demandam uma atenção diferenciada à criança, de forma a zelar pelo seu bem-estar e proteção em situações que envolvam discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflitos.
- **Direitos de participação:** direitos civis e políticos, como o direito de ser consultada e ouvida, o direito de ter acesso à informação, à liberdade de expressão e opinião, direito de tomar decisões em seu benefício, “direitos que deverão traduzir-se em ações públicas a ela direcionadas que considerem seu ponto de vista” (Fernandes, 2009, p. 42 *apud* Ribeiro, 2022).

Essas três dimensões do direito, em especial o direito à participação, passaram a representar um **símbolo de uma nova concepção e percepção sobre as infâncias**, em que os bebês e as crianças deixam de ser vistos como um “adulto imaturo”, apenas objeto de assistencialismo e passam a ser reconhecidos como sujeitos históricos e de direitos dotados de competências, de agência; capazes de dar sentido às experiências vividas, de intervir no ambiente que os cercam, de influenciá-lo, capazes de expressar suas ideias, de produzir cultura, enfim, de ser protagonista de sua própria vida.

Assim, podemos afirmar que o grande diferencial deste documento foi incluir o direito à participação dos bebês e das crianças; no entanto, não é suficiente que esse direito seja enunciado, é preciso que seja traduzido em práticas cotidianas nas instituições sociais, em especial nas Unidades Educacionais. Isso só é possível, segundo Ribeiro (2022), se estivermos abertos à construção cotidiana de uma pedagogia de matriz participativa e, conseqüentemente, se estivermos dispostos a desconstruir as pedagogias transmissíveis, ainda tão arraigadas na cultura educacional brasileira.

Para isso, é preciso que os adultos também assumam seu papel de protagonistas no processo educativo, deixando de ser meros transmissores para ser co-construtores das aprendizagens, juntamente com os bebês e as crianças. Cabe às(aos) adultas(os), ainda, o papel vital na efetivação de um **currículo entendido como criação de oportunidades e não como atividades estanques e fragmentadas**.

Nessa perspectiva, para que o protagonismo infantil se revele, é preciso a construção intencional e planejada, por parte dos adultos profissionais, de um cotidiano participativo que propicie escutas plurais, apoiadas nas múltiplas linguagens, além de uma organização espacial, temporal e material que propicie a autonomia dos bebês e das crianças, sua livre movimentação e tomada de decisão.

É necessário, ainda, propiciar tempos largos para que os bebês e as crianças realizem suas pesquisas e explorações, seja em grandes ou pequenos grupos ou individualmente. Para que o protagonismo se revele, é preciso respeitar os ritmos infantis, confiando nos bebês e crianças e capacidade de cada um produzir respostas para suas inquietações, permitindo que testem suas hipóteses. É preciso oportunizar que cada bebê e criança sinta, se expresse, se comunique e participe de diferentes formas, considerando suas especificidades. É preciso dar tempo e espaço para a curiosidade nascer e tomar forma, é preciso construir cotidianamente uma pedagogia que contemple a escuta e tenha espaço para a expressão dos saberes, desejos, inquietações e afetos infantis.

Para que o protagonismo se revele, é preciso, acima de tudo, reconhecer a potência infantil! **Reconhecer que os bebês e as crianças, desde pequenas(os), possuem saberes e são construtores ativos de conhecimento.**

Assim, podemos afirmar que falar de **autoria** e **protagonismo infantil** significa falar de uma **nova concepção de infância** embasada na ideia de bebê e criança competente, ativa, forte, capaz e que, por sua vez, demanda mudanças educacionais visando dar conta de toda a potência e complexidade infantil. E para que essa

autoria e protagonismo se manifestem no cotidiano das Unidades de Educação Infantil é necessário, entre outras coisas, a **aprendizagem profissional da escuta** de bebês e crianças (Ribeiro, 2022).

Sair do mero ouvir para realizar a escuta profissional de bebês e crianças exige a apreensão de uma **gramática da escuta**. Os itens transcritos a seguir e mais bem explicitados no livro *Pedagogia das Miudezas* (Ribeiro, 2022) evidenciam essa gramática que foi sistematizada após um amplo mapeamento das produções científicas a respeito da escuta e do protagonismo infantil em quatro países, bem como a partir da contribuição de renomadas(os) especialistas nacionais e internacionais, da escuta de profissionais de Educação Infantil e de mais de 300 bebês e crianças da Rede paulistana.

Podemos concluir, então, que a **ideia de bebê e criança protagonista nos convoca a uma nova ideia de Pedagogia, de currículo e organização do cotidiano**, sendo que, para termos **bebês e crianças protagonistas, precisamos de adultos protagonistas** (Ribeiro, 2021).

A autoria e o protagonismo nada mais são do que a **restituição do direito** que todo sujeito tem, seja ele grande ou pequeno, **de ser o autor de sua própria vida**.

E só podemos falar de uma educação emancipadora, respeitosa, antirracista, inclusiva, equânime, não xenofóbica, não sexista e democrática, se levarmos em consideração seus principais sujeitos.

O que teriam os bebês e as crianças a nos dizer sobre o mundo, sobre suas vivências, seus anseios, desejos, projetos... O que sentem e expressam os bebês e as crianças negras e negros, migrantes, indígenas, as meninas e os meninos, bebês e crianças com deficiência, transtornos e altas habilidades?

Você já parou para escutá-los hoje?

Figura 1: Saberes necessários a uma pedagogia que escuta

Eixo 1: FUNDAMENTOS DA ESCUTA

1. A escuta é um direito das crianças e não uma concessão
2. A escuta é uma necessidade das Pedagogias Participativas
3. A escuta é uma atitude permanente e cotidiana
4. A escuta exige intencionalidade e aprendizagem
5. A escuta exige a criação de um contexto e um clima propícios
6. A escuta deve contemplar as múltiplas linguagens infantis
7. A escuta exige ruptura com as pedagogias transmissivas
8. A escuta tem como base as relações
9. A escuta exige a revisão do papel do adulto
10. A escuta é um ato político

Eixo 2: PAPEL DO ADULTO

1. Escutar é assumir-se como profissional prático reflexivo
2. Escutar é uma atitude ativa
3. Escutar é saber formular boas perguntas
4. Escutar é saber silenciar
5. Escutar exige suspensão de julgamentos
6. Escutar exige possibilitar diferentes formas de se expressar
7. Escutar exige partilha de poder
8. Escutar exige interlocuções plurais
9. Escutar implica disponibilidade e acolhimento
10. Escutar exige a assunção da responsabilidade docente

Eixo 3: PSEUDOESCUA E MITOS DA ESCUTA

1. A escuta simbólica, figurativa ou induzida
2. A escuta profética
3. A escuta como retórica
4. A escuta como adorno
5. A escuta descontextualizada
6. A escuta modelo
7. A escuta que desterritorializa as crianças
8. A escuta não articulada com a linguagem corporal
9. A escuta impossibilitada pela falta de tempo
10. A escuta impossibilitada pelo excesso de crianças por sala



Fonte: CAMPOS; RIBEIRO, 2017, p.81.

A escuta de bebês e crianças em avaliações: ajudando as(os) adultas(os) a olhar

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai:
Me ajuda a olhar!!

Galeano, 2002

Nunca é demais lembrar que, quando nos referimos à escuta de bebês e crianças, estamos falando da escuta das suas diferentes formas de se expressar, de suas inúmeras linguagens, conforme

evidenciado pela dimensão 2 (Participação, escuta e autoria de bebês e crianças), do documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, que caracteriza a escuta das vozes infantis como:

[...] as formas verbais e não verbais de bebês e crianças comunicarem seus pensamentos, sentimentos e inquietações [...]. O conceito de escuta, aqui defendido, não se limita à ação de escutar as manifestações verbais e balbucios de bebês e crianças. Afinal, sabe-se que muito antes de falar, os bebês possuem uma ampla capacidade de se comunicar e dialogar com o corpo todo, ou seja, não é somente pela palavra falada que se pode escutá-los. Os choros (que podem indicar medo, fome, tristeza, insegurança, dor etc.), balbucios, sorrisos, olhares, gestos, toques, brincadeiras, movimentos, desenhos, envolvimento, recusas, distanciamentos, silêncios e narrativas são algumas das formas de expressão das “vozes infantis”, ou seja, das diferentes maneiras que os bebês e as crianças utilizam para comunicar-se. Assim, a **escuta dos bebês e das crianças não se restringe à capacidade auditiva do adulto. Significa, sobretudo, a disponibilidade intencional, ética, respeitosa e sem julgamentos de compreender as formas imaginativas, criativas e poéticas que bebês e crianças possuem** de ver, sentir e pensar o mundo, suas hipóteses, sonhos, criações, culturas, desejos, necessidades, bem como os desafios, inquietações e desigualdades que marcam suas vidas desde a tenra infância (São Paulo, 2016, p. 33, grifo nosso).

Para escutar os bebês e as crianças em suas múltiplas linguagens, no entanto, é preciso que o adulto se disponha à partilha de poder com esses sujeitos e tenha humildade e coragem para pedir ajuda para olhar, mas, quem sabe, não seria o caso, conforme nos provoca Ribeiro (2022), de subvertermos a bela história

de Galeano e nós, adultos, diante da imensidão e complexidade da infância, pedirmos ajuda aos bebês e crianças para que **eles nos ajudem a olhar!**

E, nesse sentido, cabe aqui uma reflexão: no que poderia a escuta dos bebês e das crianças colaborar com processos autoavaliativos como os realizados por meio *dos* Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana? Qual seria a natureza dessa contribuição? Como podemos contemplar a participação infantil em processos autoavaliativos? Que cuidados são necessários no processo? Existem riscos? **Em suma, podem os bebês e as crianças nos ajudar a olhar e contribuir para a qualidade do atendimento na/da Educação Infantil?**

Visando responder às questões anteriores, iremos compartilhar, neste volume, algumas possibilidades de escuta e participação de bebês e crianças no processo autoavaliativo realizado por profissionais da Rede paulistana.

Antes, porém, de explorarmos como escutá-los, é importante refletirmos sobre alguns cuidados e desafios ético-metodológicos que precisam ser levados em consideração nos processos participativos, de forma a zelar pelo bem-estar dos bebês e das crianças.

Desafios ético-metodológicos na escuta de bebês e crianças em autoavaliações

Se, por um lado, a participação dos bebês e das crianças é um direito, por outro, ela só se efetiva se os processos de escuta e participação forem realizados de forma a garantir que a integridade física, psíquica e moral destes sujeitos seja preservada e zelada durante todo o processo.

O receio de se realizar avaliações contando com a participação e contribuição de bebês e crianças até 6 anos tem fundamentos bem concretos, uma vez que, nessa faixa etária, os bebês e as crianças são extremamente vulneráveis, podendo ser manipuladas e influenciadas com facilidade. Há ainda o risco de serem submetidas a situações constrangedoras e de desrespeito a sua integridade física, psíquica e moral e, ainda, serem alvo de represálias após adultos entrarem em contato com o conteúdo de suas falas. Inúmeras pesquisas evidenciam isso, inclusive, o relatório sobre a experiência piloto de escuta de crianças nos Indicadores Nacionais.

Nesse sentido, a opção pela escuta de bebês e crianças em avaliações deve ser uma decisão consciente das implicações e cuidados ético-metodológicos que essa participação demanda de todas(os) as(os) adultas(os) envolvidas(os).

Cuidados que vão desde a compreensão das múltiplas formas de expressão dos bebês e das crianças, passando pela garantia da autorização não só dos familiares/responsáveis, mas também dos bebês e das crianças, cuidados éticos na coleta e divulgação dos dados, entre muitos outros.

Os cuidados antes, durante e depois relativos à participação dos bebês e das crianças em processos avaliativos tem por finalidade garantir que as informações apontadas, direta ou indiretamente, por esses sujeitos não sejam utilizadas para sua represália. Para tal, as(os) adultas(os) devem se atentar para questões já apontadas e discutidas por Kramer (2002), como quando usar nome real e fictício nos relatórios e divulgação dos dados, quando é lícito o uso de imagens, fotos e vídeos produzidos pelas e das crianças, entre outros.

Enfim, questões que necessitam ser ponderadas caso a caso, pois divulgar o nome verdadeiro dos bebês e das crianças em

um contexto pode ser uma forma de garantir sua autoria e, em outro, pode ser uma forma de expô-la. Por isso a reflexão coletiva sobre os cuidados necessários para a realização dessa escuta e participação é fundamental, e as questões éticas e o bem-estar da criança devem ser sempre prioridades absolutas.

Há ainda que se desfazer um equívoco ainda presente quando se fala em escutar crianças, que é a compreensão reducionista de que escutar é apenas recolher suas falas. De acordo com a concepção defendida pela dimensão 2, do documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, em consonância com estudos na área, “escutar as crianças é ir além do que ela nos diz, é ouvir o inaudível, ver o invisível, é buscar captar a criança em sua inteireza e complexidade, o que demanda a elaboração de metodologias que também levem em consideração as múltiplas linguagens infantis” (Ribeiro, 2022).

Essa compreensão mais ampliada sobre participação infantil nos abre as portas para pensarmos em metodologias de escuta, inclusive de bebês e crianças que ainda não falam, mas que nem por isso deixam de se comunicar.

Vale ressaltar ainda que, nesta perspectiva, não significa que a fala das crianças não seja importante, mas sim que ela deve ser considerada e respeitada como as outras formas de expressão infantil. A conversa com crianças é entendida, então, não como um momento passivo em que o adulto se limita a anotar suas falas, mas sim como um momento privilegiado para se provocar reflexões, construir confrontos entre pontos de vista, enfim, dialogar.

Diante do exposto até aqui, podemos afirmar que escutar bebês e crianças nos impõe o desafio de construirmos metodologias

próprias que considerem a condição de ator desses sujeitos e busquem formas respeitadas de melhor compreender como compartilham, negociam e criam cultura com os adultos e seus pares.

A seguir, elencamos alguns importantes pontos de atenção para que a participação dos bebês e das crianças possa ser realizada de forma cuidadosa por todos os envolvidos. Que outros itens você e o coletivo de sua Unidade acrescentariam?

Pontos de atenção em relação à participação de bebês e crianças em processos autoavaliativos¹

- A participação dos bebês e das crianças em processos autoavaliativos deve ser sempre voluntária e seu desejo de participar ou não deve sempre ser respeitado, mesmo que seus familiares e/ou responsáveis já tenham autorizado sua participação.
- Os bebês e as crianças devem ter a liberdade de desistirem de sua participação em qualquer momento do processo sem sofrer nenhum tipo de represália e/ou constrangimento por sua decisão.
- As situações de identificação de constrangimento físico², psicológico e/ou moral devem ser imediatamente denunciadas e reportadas aos órgãos competentes.³
- Há muitas maneiras de induzirmos as respostas dos bebês e das crianças, mesmo sem ser nossa intenção, frases aparentemente simples, como: “você tem certeza disso?”,

1 Ribeiro, 2023. Unicef Brasil.

2 Durante a realização do piloto de escuta de crianças realizado por ocasião da elaboração dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (Brasil, 2009), com vistas à inserção desses sujeitos na autoavaliação nacional, constatou-se que as crianças estavam sendo submetidas a violências de ordem física e psicológica, o que acarretou na exclusão destes sujeitos do processo autoavaliativo.

3 Para conhecer melhor os protocolos sobre como encaminhar essas situações, consultar o documento Conhecer para proteger: enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes, disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/conhecer-para-proteger-enfrentando-a-violencia-contr-bebes-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

“Olha, mas todos seus coleguinhas estão colocando outra cor”, “Mas sua professora não faz isso que você está falando”... Essas frases possuem um efeito nefasto e imediato tirando toda espontaneidade da criança que passa a responder e a “participar” falando apenas aquilo que sabe que os adultos querem ouvir.

- A metodologia deve ser pensada de forma a não induzir ou empobrecer as respostas das crianças, por exemplo, ao discutir a dimensão sobre espaços e apresentar fotos apenas do parque, pode-se direcionar as crianças a focar apenas neste aspecto (a não ser que seu objetivo seja esse mesmo, melhor evitar).
- Cuidado com a pseudoparticipação, em que apesar de a escuta ser feita de forma a coletar as vozes infantis, elas não são consideradas nos momentos de tomada de decisão, servindo apenas como adorno.
- Os cuidados éticos devem se dar tanto na organização da escuta/participação, como no momento de coleta e divulgação dos dados/imagens.
- A escuta autêntica e legítima é capaz de produzir transformação em todas(os) e em benefício de todas(os)!

Recomendamos, ainda, que leiam e discutam coletivamente os textos indicados, a seguir, de autoria da professora Sonia Kramer e o texto de Fialho; Dias; Rego (2022), em que discutem sobre questões éticas na pesquisa com crianças. A partir da leitura e com base na realidade de sua Unidade Educacional, busquem levantar outros pontos de atenção a serem levados em consideração.

Conforme vimos neste item, a escuta e a participação infantil requerem que uma série de cuidados ético-metodológicos sejam, necessariamente, levados em consideração. A seguir, compartilharemos algumas possibilidades de participação de bebês e crianças no processo de autoavaliação que se atentaram às questões ético-metodológicas discutidas anteriormente.

Ampliando Repertório

Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças.

Autoria: Sonia Kramer. Disponível em:

[https://www.scielo.br/j/cp/a/
LtTkWtfsbJj8LcPNzFb9zd/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/cp/a/LtTkWtfsbJj8LcPNzFb9zd/?format=pdf&lang=pt)

Termo de assentimento: participação de crianças em pesquisas.

Autoras: Fialho; Dias; Rego. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bioet/a/597qqLKTFCrxG86r4gsYtjr/>

Livro “Pedagogia das Miudezas: saberes necessários a uma pedagogia que escuta”

Se você quer saber mais sobre escuta e participação infantil, recomendamos a leitura do Livro “Pedagogia das Miudezas: saberes necessários a uma pedagogia que escuta”, em especial, sugerimos a leitura do eixo 3 da Matriz de Saberes sobre escuta, que apresenta as armadilhas que todos nós estamos sujeitos a incorrer e que podem gerar processos de pseudoescuta e simulacros da participação. Autoria: Bruna Ribeiro. Editora: Pedro e João.

Algumas possibilidades da participação infantil em processos autoavaliativos

Neste item, abordaremos algumas possibilidades de participação de bebês e crianças no processo de autoavaliação proposto pelos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, inspiradas em experiências exitosas em curso na Rede, nestes últimos 10 anos.

Importante elucidar, todavia, que nosso objetivo não é esgotar o tema ou as inúmeras possibilidades existentes, e sim compartilhar algumas experiências de modo a inspirar e fazer refletir sobre o tema.

A participação em uma dimensão da autoavaliação

Algumas Unidades Educacionais da Rede paulistana optaram por inserir a participação das crianças de 3 a 5 anos por meio da escolha prévia de uma dimensão dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (São Paulo, 2016), geralmente a dimensão 3 ou 6, ou ainda, por meio da discussão de alguns aspectos específicos de uma dada dimensão (ex.: brincar nas áreas externas).

Após revisão prévia das perguntas pelas(os) adultas(os), adaptando-os à compreensão e linguagem das crianças, foram formados grupos com elas com vistas à discussão daquela dimensão/temática, por meio da mesma metodologia de atribuição de cores utilizada pelos adultos. Algumas Unidades utilizaram fotos e imagens como recursos adicionais para fomentar a discussão, no entanto, deve-se tomar cuidado para que as fotos não induzam as respostas das crianças.

Após as crianças realizarem a construção de seu quadro-síntese, em algumas Unidades elas foram convidadas a participarem da plenária juntamente com os adultos e, em outros casos, essa

ação ocorreu antes da realização com os adultos, e os resultados foram levados no dia. Independentemente do formato escolhido, é fundamental se atentar para o fato de que a partir do momento que propiciamos a participação infantil, ela possa de fato ser entendida como produtora de dados que merecem ser refletidos pelos adultos e também ser levado em consideração no momento de tomada de decisões.

O trecho, a seguir, do depoimento da professora Margarida Barbosa, ilustra essa modalidade e uma escuta autêntica em que as vozes das crianças foram realmente levadas em consideração.

As crianças ficaram com a dimensão 6 (seis), que fala sobre os ambientes educativos, e suas considerações foram para a plenária com todas as outras dimensões. A diretora na Unidade trouxe o que os adultos consideraram sobre a dimensão 6 e o quadro-síntese estava verde, contudo as crianças trouxeram seus olhares apontando coisas que para elas seriam muito importantes, e, assim, a assembleia, ouvindo as crianças, mudou a cor do indicador, passando de verde para amarela! [...] Ver toda a comunidade escolar referendando as vozes das crianças e a gestão assumindo toda essa importância foi imensamente emocionante para mim e acredito que ela deva ser contada.

Prof.^a Margarida de Sousa Barbosa - DRE São Miguel



Fonte: Campos;
Ribeiro, 2017, p. 71.

Leia, a seguir, o interessante e potente relato de Margarida de Sousa Barbosa, atualmente coordenadora pedagógica, que mostra como o processo de inserir as crianças na autoavaliação foi se modificando e se potencializando com o passar dos anos.

Relatos de experiência

A autoavaliação participativa e as diferentes experiências em ouvir as crianças na Educação Infantil

Margarida de Sousa Barbosa, Coordenadora Pedagógica
EMEI Laura da Conceição Pereira Quintaes, DRE-MP

Este relato tem por objetivo narrar a experiência sobre a escuta das crianças da EMEI Laura da Conceição Pereira Quintaes, localizada no extremo leste da Cidade de São Paulo, no bairro do Itaim Paulista, a partir da primeira realização da Autoavaliação Institucional Participativa, que ocorreu em 2013, utilizando como instrumento o documento Indicadores de Qualidade na Educação Infantil, publicado pelo MEC, em 2009.

Naquela época, era professora de Educação Infantil e atuava com crianças de cinco a seis anos na EMEI citada. Para a realização da autoavaliação, me voluntariei para coordenar a dimensão que tratava das experiências e linguagens, ou seja, a que mais diretamente referia-se ao trabalho pedagógico. No dia da autoavaliação, ao conversarmos com as famílias e funcionários, percebi que as crianças ali presentes demonstravam, através de gestos, sorrisos e movimentos, interesse e vontade de falar, no entanto, quem tinha os cartões com as cores para a avaliação dos indicadores apresentados eram os adultos. Imediatamente após a Autoavaliação Participativa acontecer, as crianças, ao adentrarem a sala, apontaram os cartazes que permaneceram lá e comentavam entre si o que tinha

acontecido. Foi neste momento que vi a oportunidade de saber o que elas tinham a dizer. Em posse dos cartões com as três cores, as organizei em roda convidando-as para fazerem a autoavaliação. Nossa Unidade Educacional trabalhava com projetos anuais, e o de 2013 referia-se à linguagem musical. Quando iniciei com elas a leitura dos indicadores, tive uma grata surpresa, demonstrando domínio em utilizar as cores para avaliar, as crianças argumentaram o porquê da escolha das cores e quais eram as suas avaliações através de experiências e planejamentos ocorridos no projeto. Como a experiência relatada foi algo que ocorreu sem planejamento prévio, as anotações sobre o que relatavam foram feitas no próprio cartaz afixado na lousa e sem identificar a autoria das argumentações. Dessa forma, obtive os seguintes registros:

- A gente pode escolher os brinquedos e as brincadeiras
- Brincamos com areia, terra e água
- Brincamos de rolar, pular, correr, subir e descer
- A gente não pode escolher o que quer fazer
- Este ano teve muitas músicas
- Faltou usar a vitrola e colocar discos pra gente ouvir
- A professora não colocou muitas músicas diferentes
- Teve muita pintura, mas a gente queria pintar mais coisas (objetos, não pintar somente no papel)
- Não teve muita brincadeira com fantasias, a professora só colocou uma vez e a gente queria mais
- A diretora tem que comprar mais brinquedos novos (reclamaram de ter muitos brinquedos quebrados)
- Alguns dias, a professora não contou história e deveria ter mais livros para olhar

- Não fizemos muitas atividades escritas
- A professora falou de todas as crianças (o indicador questionava se as crianças eram reconhecidas e valorizadas em suas diferenças)

A partir dessa experiência, percebendo que as crianças tinham algo a dizer sobre as experiências que vivenciaram, a Unidade procurou incluí-las nesse momento de autoavaliação nos anos subsequentes. Porém, foi somente em 2017 que tivemos uma experiência exitosa. No dia marcado para a realização dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana⁴, reservamos um espaço para as crianças conversarem sobre a dimensão que tratava dos ambientes educativos. Havia também um espaço reservado para a mesma dimensão com os adultos. Finalizando as discussões, passou-se para o momento da plenária. Os adultos trouxeram a síntese das discussões com os indicadores todos verdes, porém, as crianças trouxeram considerações nas quais os mesmos indicadores seriam amarelos. Na plenária, era necessário chegar a um consenso, e tanto os familiares quanto os educadores referendaram as argumentações das crianças, e decidiu-se que os indicadores desta dimensão receberiam a cor amarela. Assim, a Unidade adotou como prática reservar uma das dimensões para serem discutidas com as crianças no dia da realização dos Indicadores, bem como construir com elas e com toda a comunidade escolar um plano de ação para agir sobre os indicadores que foram elencados como desafios ante a busca por uma educação de qualidade.

Após a experiência em 2013, fui uma das convidadas a participar do grupo de trabalho para construir os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, levando em conta as singularidades desta grande Rede. Foi neste grupo que percebi que nós, enquanto Unidade de Educação Infantil, ainda estávamos no início de um processo para compreender o que, de fato, significava escutar as crianças em toda a sua complexidade. Esse entendimento mais

4 Em 2017, utilizamos o documento redigido para a rede paulistana publicado em 2016.

abrangente sobre a escuta nos foi colocada em xeque quando nos deparamos com várias questões: como ouvir os bebês? Como eles participariam de uma autoavaliação participativa? Desta maneira, escrever a várias mãos a dimensão “Autoria, participação e escuta de bebês e crianças”, trazendo como escopo a imensa diversidade da Rede paulistana foi desafiador, pois nos provoca a escutar para além dos ouvidos, considerando tanto os bebês quanto as crianças como portadoras de sentido, palavras, histórias, seja através de balbucios, silêncios, sorrisos, choros e tantos outros. O texto inicial, presente na abertura da dimensão referida, convida a entender como ouvir os bebês e as crianças perpassa por todo o currículo da Educação Infantil, desde o planejamento até a documentação pedagógica. Ouvir as crianças em 2013 e perceber que traziam valiosas contribuições para a autoavaliação foi o início de um longo caminho em que a escuta é princípio fundamental para a construção de um Projeto Político-Pedagógico humanizado e sensível.

A participação em todas as dimensões da autoavaliação

Algumas Unidades Educacionais da Rede paulistana experimentaram realizar a autoavaliação com as crianças em um dia somente destinado a esse fim, seguindo a mesma metodologia proposta pelo documento. Posteriormente, os resultados das avaliações das crianças foram incorporados e utilizados para a realização do Plano de Ação da Unidade.

Para tal, as perguntas de cada dimensão foram adaptadas. Em muitos locais, se optou por perguntar às crianças qual dimensão gostariam de participar, em outras, cada sala ficou com uma dimensão.

O relato de experiência, a seguir, escrito pela coordenadora pedagógica Lorena Souza, que adaptou a metodologia dos Indicadores visando escutar as crianças em relação às dimensões de qualidade, evidencia como a escuta de crianças é um ato político e pode contribuir para a melhoria efetiva da qualidade da Educação Infantil.

Relatos de experiência

Ouidoria de crianças: Indicadores de Qualidade com crianças

Lorena Beatriz Henrique de Souza,
Coordenadora Pedagógica. EMEI Feitiço da Vila, DRE-CL

O projeto da Unidade Educacional denominado “Indicadores de Qualidade com as Crianças” surge da necessidade de considerar as vozes infantis nas tomadas de decisões da Unidade Educacional, no que diz respeito aos interesses dos meninos e meninas pequenas que frequentam a EMEI Feitiço da Vila, localizada na DRE Campo Limpo. O objetivo do projeto, que iniciou em 2018, é ouvir de forma ética e empática os apontamentos das crianças nas dimensões dos Indicadores de Qualidade da Infância Paulistana que tratam de seus interesses. Com a ajuda de toda equipe escolar, registramos as falas das crianças, para então, no segundo momento, construirmos um plano de ação pensado por crianças para crianças.




Pedro queria que a professora deixasse todo mundo brincar de bola e carro.

Maria Eduarda na dimensão 6 queria ver muitos filmes no SP-Cine⁵, e Gustavo queria trazer o pai e a mãe na escola mais vezes.

5 **Circuito Spcine** é uma realização da Spcine, Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo, iniciativa da Prefeitura do município com foco no desenvolvimento dos setores de cinema, games e novas mídias.



Quadro do plano de ação - Dimensão 2

DIMENSÃO	INDICADOR	PROBLEMAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO
	2.3 As produções das crianças são valorizadas?	2.3 As vezes professora não coloca no corredor.			
DIMENSÃO 2	2.5 As crianças são desafiadas a ampliar sua voz na escola?	2.5 Apenas em alguns momentos, falta voz em tudo escola.			
	2.6 As sugestões das crianças são ouvidas na escola?	2.6 As vezes eu choro de pedir a professora pro fazer outra coisa.			

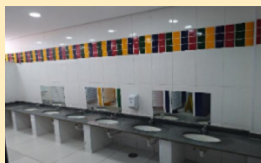
Uma das demandas apontadas pelas crianças nos Indicadores foi a necessidade da reforma dos banheiros. Logo surgiu a ideia de uma equipe composta exclusivamente por crianças para organizar como este espaço deveria ser repensado para acolher todos os meninos e meninas pequenas. Nasceu então a “CIPA6 de Crianças da EMEI Feitiço da Vila”. O grupo de trabalho e investigações da “CIPA de Crianças” reuniu-se para registrar as demandas da reforma, que posteriormente foi apresentada ao Conselho de Escola para aprovação e execução.

As demandas foram: espelhos mais baixos, portas leves para não prender os dedos, muretinhas arrumadas porque as atuais estão desgastadas, pias sem manchas, teto sem buracos, privadas desentupidas e: “Luzes de shopping, por que não?”, disse Ryan.

6 CIPA é Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Para saber mais como funciona na Cidade de São Paulo, acesse: https://capital.sp.gov.br/web/gestao/saude_do_servidor/cipa



ANTES



DEPOIS

Considerações finais

O planejamento, o acolhimento de cada apontamento e o retorno referente às demandas apresentadas na escuta sensível das crianças ampliou em nós - equipe educacional - um canal de comunicação muito além das palavras ditas e ouvidas. A escuta ativa, feita pelos gestos, olhares, caminhos, vozes e ouvidos ganharam um novo sentido desde então [...]. Neste processo, conseguimos entender que quanto menores estamos por fora, maiores ficamos por dentro.

Fonte: Souza, 2022, *In* Ribeiro, 2022.

Agora que você já conheceu um pouco mais sobre essa experiência, convidamos você a assistir ao vídeo “Indicadores de Qualidade com Crianças”, produzido por essa mesma coordenadora e que mostra a experiência de realização dos Indicadores com as crianças em sua Unidade.

Ampliando Repertório

Indicadores de Qualidade com Crianças

Autoria: Lorena Beatriz Henrique de Souza. Duração: 4'35

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T3c6TYoqsmM>

Assembleia Mirim: escuta, participação e protagonismo infantil

Tatiane de Paula das Graças,
Coordenadora Pedagógica. EMEI Fulvia Roseberg, DRE-G

Ao chegar na EMEI Fulvia Roseberg, em uma manhã do mês de junho, algumas crianças da turma 7B estavam me aguardando. Ao sair da sala, deparei-me com a turma reunida à beira da escada e perguntei qual era o assunto; é corriqueiro solicitarem minha presença para conversar sobre as demandas da turma. Um dos meninos foi o primeiro a falar: “Coordenadora, nós podemos trazer brinquedo pra escola?” Essa foi a pergunta geradora para a retomada, em 2023, do projeto Assembleia Mirim, que tem como objetivo central a escuta e o exercício da participação. Nosso desejo é construir uma gestão democrática real, que considere as opiniões infantis e seus significados, consolidando o protagonismo e a autoria infantil.

Passamos pelo processo eleitoral, as professoras fizeram um trabalho de preparação para a campanha, momento em que as(os) candidatas(os) apresentaram suas ideias e propostas para a eleição. Após a conclusão do processo eleitoral, as professoras realizaram um levantamento com as turmas, na intenção de olhar criticamente para a escola e abrir espaço para as reivindicações das crianças. Na assembleia de posse, as crianças levaram os registros dos seus desejos em cartazes, desenhos e em formato de portfólio.

Os representantes eleitos, titulares e suplentes, representaram suas turmas na apresentação das solicitações. Entre os pedidos, constavam: morango e uva na merenda; faca para cortar a carne; servir as porções separadas no prato na hora do almoço; piscina no parque; novos brinquedos; um espaço no parque para colocar as gar-

rafas de água; entre muitos outros. Um pedido em especial nos chamou a atenção: “Precisa ter uma árvore no nosso parque, pra gente escalar e ler embaixo dela”, disse uma das crianças. A representante de outra turma lembrou: “o chão do parque é “contaminado”, não cresce árvore lá, minha professora já falou dez mil vezes!” Essa informação é real, pois, aqui na nossa EMEI, o solo, infelizmente, é estéril, o que impossibilita o plantio e crescimento de árvores.

Durante os diálogos com as crianças, fiz um questionamento: “dos pedidos que estão nos cartazes e desenhos, o que dá para fazer e o que é muito difícil?” A partir dessa intervenção, as crianças passaram a questionar e perceber que algumas coisas não dariam para fazer conforme apontaram, como plantar a árvore ou ter uma piscina no nosso parque.

No encontro seguinte, realizamos um jogo. Cortamos em tiras as frases dos cartazes com as reivindicações das crianças e a proposta foi dividir os pedidos em dois grupos: 1 - dá para fazer; 2 - não dá para fazer. Nesse momento, ficou evidente a autonomia das crianças em refletir sobre as possibilidades em realizar ou não o que propuseram. E assim o trabalho com a Assembleia Mirim começou a ser retomado.

Orientados por um mediador, as relações colaborativas vivenciadas nas etapas do processo eleitoral e durante as assembleias mirins podem proporcionar às crianças o desenvolvimento de um modo democrático de se relacionar, a adoção de atitudes respeitadas e a possibilidade de solucionar os conflitos cotidianos através de diálogo, negociação e tomada conjunta de decisões. Dessa forma, as crianças estão, verdadeiramente, no centro do processo participativo; exercício que leva à autonomia e ao protagonismo infantil.

Ao dar voz às crianças, oportuniza-se o sentimento de pertencimento e a capacidade de comunicação, refletindo maior empatia no relacionamento entre as crianças e delas com as(os) profissionais da escola. Nessa dinâmica, tornam-se corresponsáveis pela escola, sentem-se valorizadas em suas potencialidades e vivenciam práticas democráticas.

A escuta dos bebês e das crianças no cotidiano

A dimensão 2 (Participação, escuta e autoria de bebês e crianças) do documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil propõe uma série de indicadores para averiguar se a escuta dos bebês e das crianças é realizada no cotidiano das Unidades Educacionais e se essa escuta gera consequências, por exemplo, revisão do planejamento, incorporação da escuta na documentação pedagógica, nas avaliações processuais, entre outros.

Assim, o documento situa a escuta infantil como fundamental para a melhoria da qualidade das práticas pedagógicas das Unidades Educacionais, mas entende que deva ocorrer, sobretudo no cotidiano, através da observação e escuta permanente dos bebês e das crianças. Nesta perspectiva, os dados advindos dessa escuta e observação cotidiana devem ser levados em conta no momento da realização da autoavaliação pelos adultos. Esta seria uma forma de garantir que o que ocorre com os bebês e crianças em seu cotidiano seja alvo de reflexão pelos adultos no momento da autoavaliação.

Algumas estudiosas como Bondioli e Savio (2013), em experiência em curso em Piemonte (Itália), conforme relatada por Moro (2023, p. 184), defendem que “quando as crianças são pequenas, ainda incapazes de exprimir o próprio ponto de vista, ou de fazê-lo de maneira decifrável pelo adulto”, a brincadeira se insere como caminho para realizar a participação.

Assim, diversas autoras (Savio, 2013; Moro; Jardim, 2022), ao situarem a brincadeira como espaço de atuação protagônica das crianças, consideram que seja a melhor forma para efetivação da participação infantil.

Nesta perspectiva, podemos supor que “diante da pluralidade e polissemia do que as crianças mobilizam na sua brincadeira a fim de manter seu papel ativo, protagônico e participativo” (Moro, 2023, p. 210) , a observação e a escuta por parte dos adultos profissionais das brincadeiras cotidianas dos bebês e das crianças seria um possível caminho potente para a coleta de dados que poderia fomentar os debates autoavaliativos e, obviamente, a qualificação do cotidiano.

Construindo a participação cotidiana e permanente de bebês e crianças

Gostaríamos de finalizar este volume incentivando que a discussão sobre as melhores formas de oportunizar a participação de bebês e crianças, tanto em processos autoavaliativos como no cotidiano, sejam alvo de mais reflexões e debates de cada coletivo.

Em se tratando da participação em processos autoavaliativos, é importante que cada coletivo reflita sobre o formato que faz mais sentido em seu contexto e realidade, assim como busque formas de escuta e participação que preservem os bebês e as crianças durante todo o processo, não os colocando em situações de tensão, intimidação e/ou constrangimento de qualquer espécie. Lembrando, ainda, que a participação infantil deve ser sempre voluntária e realizada com o assentimento das crianças.

Como vimos, existe, ainda, uma lacuna na incorporação dos saberes dos bebês e das crianças pequenas tanto na experiência paulistana como nos estudos e pesquisas nacionais. Esse é um

terreno que merece ser mais bem explorado para que se construam formas efetivas, respeitosas e coerentes da cidadania dos bebês. Assim como, se existem marcadores de distinção de raça, gênero e idade que se reproduzem nessa (não) participação.

Vale enfatizar, todavia, que a escuta e a participação em processos autoavaliativos devem ser indissociáveis da busca pela construção de uma **participação permanente e diária dos bebês e das crianças no cotidiano** das Unidades Educacionais da Cidade.

E se temos ainda um longo caminho a trilhar no país no que se refere à superação da lógica adultocêntrica, fica o alerta de que as experiências que se dispuseram a escutar os bebês e as crianças confirmaram sua competência para opinar sobre questões que lhe afetam no dia a dia e sua capacidade de contribuir efetivamente na construção da qualidade social na Educação Infantil.

**Foi muito bom ter você
nesse percurso reflexivo,
nos vemos no volume 7!**

Até lá!



Referências

BONDIOLI, Anna; SAVIO, Donatella (org.). **Participação e qualidade em educação da infância**: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos. Curitiba: UFPR, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores de qualidade na Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2009.

CAMPOS, Maria Malta; RIBEIRO, Bruna. **Autoavaliação institucional participativa em unidades de educação infantil da rede municipal de São Paulo**. São Paulo: FCC, 2017.

CRUZ, S. H. V. **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; SILVA, Marta Lúcia da (org.). **Pressupostos teórico-metodológicos e políticos da cidadania dos bebês**: contribuições de Fúlvia Rosemberg. São Paulo: EDUC-Fundação Carlos Chagas, 2022.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Tradução Eric Nepomuceno. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, v. 116, p. 41-59, 2002.

LEITE, Ana Cláudia, PIORSKI, Gandhi. **Por um método de escuta sensível das crianças**. São Paulo: Alana, 2023. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/11/SUMARIO_EXECUTIVO_METODO_ESCUTA_CRIANCAS.pdf Acesso em: 2 dez. 2024.

MALAGUZZI, L. Tribute to Loris Malaguzzi. **Young children**, jul. 1994.

MORO, C. Brincadeira na centralidade do projeto pedagógico: a participação infantil na pré-escola na abordagem da região do Piemonte-Itália. *In*: RIBEIRO, B. (org.). **Abordagens participativas na educação infantil**: saberes necessários para nos manter em voo. São Paulo: Passarinho, 2023.

MORO, Catarina ; JARDIM, J. A brincadeira como relação social com o mundo: as ideias de Elkonin e de Ferreira. *In*: SAVIO, Donatella; MORO, Catarina (org.). **Brincar para construir mundos**: perspectivas entre Itália e Brasil para a educação infantil. Curitiba: Editora UFPR, 2022. p. 45-65.

RIBEIRO, B. (org.). **Abordagens participativas na educação infantil**: saberes necessários para nos manter em voo. São Paulo: Passarinho, 2023.

RIBEIRO, B. **Pedagogia das miudezas**: saberes necessários a uma pedagogia que escuta. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Indicadores de qualidade da educação infantil paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2016.

SAVIO, D. A brincadeira e a participação da criança: um desafio educativo e seus pontos nodais. *In*: BONDIOLI, Ana; SAVIO, Donatella (org.). **Participação e qualidade em Educação da Infância**: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos. Curitiba: UFPR, 2013, p. 243-303.

UNICEF *et al.* **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova York: Assembleia Geral da ONU, 1989.

PROJETO GRÁFICO - CENTRO DE MULTIMEIOS

Ana Rita da Costa - *Diretora*

Núcleo de Criação de Arte

Aline Frederick Santos

Angélica Dadario - *projeto e diagramação*

Cassiana Paula Cominato

Fernanda Gomes Pacelli

Marcos Roberto da Silva Moreira

Simone Porfírio Mascarenhas

Revisão Textual

Roberta Cristina Torres da Silva



Qualquer parte desta publicação poderá ser compartilhada (cópia e redistribuição do material em qualquer suporte ou formato) e adaptada (remix, transformação e criação a partir do material para fins não comerciais), desde que seja atribuído crédito apropriadamente, indicando quais mudanças foram feitas na obra. Direitos de imagem, de privacidade ou direitos morais podem limitar o uso do material, pois necessitam de autorizações para o uso pretendido.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em conformidade à Lei nº 9.610/1998, reconhece a especial proteção aos direitos autorais, mediante autorização prévia e expressa do detentor da obra. No caso de eventuais desconformidades, reitera o compromisso de diligentemente corrigir inadequações. Consulte material disponibilizado em: educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br

Publicação disponível no Centro de Documentação
da Educação Paulistana
educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/cdep



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
EDUCAÇÃO